



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª. REGIÃO
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

MEMO Nº. 015/2024 – SçMP

Porto Velho/RO, 11 de outubro de 2023.

À: Diretoria-Geral das Secretarias

Assunto: Contratação “**EMERGENCIAL**” de empresa para a execução da reforma das instalações elétricas, sistema de aterramento, do prédio que abriga a Vara do Trabalho de Guajará-Mirim/RO.

Vimos através deste comunicar sobre a situação emergencial que se apresenta o prédio que abriga a Vara do Trabalho de Guajará-Mirim/RO, em especial nas suas instalações elétricas, inclusive informado através do **MEMORANDO nº 018/2024 – GM, de 07/10/2024**, em anexo, onde há relatos do servidor Leandro Santana, Diretor de Secretaria, da necessidade da execução de uma manutenção nas instalações elétricas e em especial no sistema de aterramento daquela Unidade Jurisdicional, bem ainda do sistema de cerca elétrica/concertina, o qual encontra-se inoperante fragilizando o sistema de segurança física naquele unidade jurisdicional do perímetro abrangido por concertina;

Esclarecemos que, basicamente, o sistema de aterramento, serve como um “caminho” de fuga para a corrente elétrica em excesso, evitando descargas elétricas e choques. O aterramento ainda tem a função de conduzir facilmente as descargas causadas por raios e que percorrem a rede. Esclarecemos que a Lei 11.337, de 2006, alterada pela Lei 12.119, de 15 de dezembro de 2009, determina a obrigatoriedade de todas as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor de proteção (fio terra).

Por fim comunicamos que quando qualquer um dos equipamentos instalados na Vara do Trabalho de Guajará-Mirim, tais como, computadores, impressoras, aparelho de ar condicionado, central de choque da cerca elétrica, bombas de recalque d’água e motores do portão metálico não são corretamente aterrados, há um aumento do risco de acidentes. Isso porque, no caso do elemento metálico estar energizado por alguma intercorrência, vai promover a passagem da corrente de descarga pelo corpo da pessoa que tocar a superfície, provocando choques elétricos que podem ser fatais.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª. REGIÃO
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Sendo assim, informamos que este subscritor já constatou, “in loco”, a situação emergencial acima relatada, e por conseguinte solicitamos uma vistoria nas instalações elétricas do prédio que abriga a Vara do Trabalho de Guajará-Mirim, através das empresas R S LIMA SERVIÇOS E COMERCIO LTDA, CNPJ 51.999.088/0001-38, AILLEZ SOLUÇÕES LTDA, CNPJ: 37.243.365/0001-57 e E M COSTA LTDA, CNPJ nº 11.621.292/0001 - 04.

Conseqüentemente, após as inspeção efetuadas pelas empresas acima nominadas, informamos que constatamos que a manutenção das instalações elétricas, em especial no sistema de aterramento do prédio que abriga a Vara do Trabalho de Guajará-Mirim/RO, torna-se **necessária e urgente** e, dentre as três propostas comerciais, constatamos que aquela apresentada pela empresa R S LIMA SERVIÇOS E COMERCIO LTDA, mostrou-se mais vantajosa para a administração tendo em vista que foi o menor preço ofertado e que atingiu o montante de R\$ 27.933,14 (vinte e sete mil, novecentos e trinta e três reais e catorze centavos), conforme planilha de custos em anexo.

Esclarecemos que empresa R S LIMA SERVIÇOS E COMERCIO LTDA, CNPJ 51.999.088/0001-38, informou que na sua proposta de preço apresentada estão inclusos todos os custos com mão-de-obra, encarregado, pedreiro, ajudante, transporte, locação e instalação de materiais e equipamentos, impostos e taxas, encargos fiscais, trabalhistas e sociais, e que os serviços serão executados conforme regulamentação, resoluções e normas técnicas que visem o bom desempenho, garantindo a segurança e eficiência nas instalações elétricas.

Registre-se que, ainda as três empresas acima foram as únicas com capacidade técnica e operacional, em condições, e interessadas, em efetuar os serviços necessários com vistas a solução dos problemas descritos que, reafirmamos, requer a intervenção de forma **EMERGENCIAL** de forma a evitarmos a ocorrência de prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens.

Sendo assim e pelo que acima vai exposto, submetemos o assunto a superior apreciação da Diretoria-Geral, ao tempo e que solicitamos “**providências urgentes**”, com vistas a contratação, de forma **EMERGENCIAL** da empresa especializada em engenharia civil, R S LIMA SERVIÇOS E COMERCIO LTDA, CNPJ 51.999.088/0001-38, por meio de dispensa de licitação, e à luz do art. 75, VIII, da Lei 14.133/21 com vista a necessidade urgente da realização dos serviços de manutenção nas instalações elétricas do prédio que abriga a Vara do Trabalho de Guajará-Mirim/RO

Era o que tínhamos a informar.

LUIZ GONZAGA MOTA
Analista Judiciário/Apoio Especializado/Engenharia
Chefe da Seção de Manutenção Predial



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
VARA DO TRABALHO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO
Avenida Novo Sertão, 1333, 10 de Abril, Guajará-Mirim/RO – CEP 76850-000
Telefone (69) 3218-6328 – e-mail: vtguajara@trt14.jus.br

MEMORANDO nº 018/2024 - GM

Guajará-Mirim/RO, 07 de outubro de 2024

Ao Senhor Coordenador de Serviços de Infraestrutura e Logística do e. TRT 14ª Região.

Assunto: Manutenção da rede elétrica, concertina e cerca elétrica da Vara do Trabalho de Guajará-Mirim/RO.

Senhor Coordenador,

De ordem do Juízo da Vara do Trabalho de Guajará-Mirim/RO, com os cumprimentos de estilo, solicitamos de forma reiterada **que seja realizada a manutenção no sistema de aterramento no prédio desta Unidade, bem ainda do sistema de cerca elétrica**, o qual encontra-se inoperante e do perímetro abrangido por concertina.

Tal solicitação justifica-se em razão de se evitar possíveis danos aos equipamentos elétricos em decorrência da oscilação na rede elétrica interna da Vara, a qual prejudicaria o andamento dos serviços prestados ao jurisdicionado, bem como manter a segurança das instalações da Unidade.

Por fim, colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
gov.br LEANDRO SANTANA
Data: 07/10/2024 14:13:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(assinado digitalmente)
Leandro Santana
Diretor de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA – DOD

1. IDENTIFICAÇÃO

Demanda		Contratação, de forma EMERGENCIAL , a luz do art. 75, VIII, da Lei 14.133/21, de empresa especializada para execução da reforma das instalações elétricas, sistema de aterramento, do prédio que abriga a Vara do Trabalho de Guajará-Mirim/RO.
Data de proposição		11/10/2024
Demandante	Unidade administrativa	Núcleo de Engenharia e Projetos/Seção de Manutenção Predial
	Responsável	Eng. Luiz Gonzaga Mota
	E-mail	luiz.mota@trt14.jus.br
Autorização Superior	Unidade Administrativa	Diretoria-Geral
	Gestor Responsável	Lélio Lopes Ferreira Junior
	E-mail	lelio.lopes@trt14.jus.br

2. NECESSIDADE E/OU OPORTUNIDADE DE MELHORIA

Descrição da demanda
<p>Contratação de empresa especializada para execução da reforma das instalações elétricas, sistema de aterramento, do prédio que abriga a Vara do Trabalho de Guajará-Mirim/RO.</p> <p>Esclarecemos que, basicamente, o sistema de aterramento, serve como um “caminho” de fuga para a corrente elétrica em excesso, evitando descargas elétricas e choques. O aterramento ainda tem a função de conduzir facilmente as descargas causadas por raios e que percorrem a rede. Esclarecemos que a Lei 11.337, de 2006, alterada pela Lei 12.119, de 15 de dezembro de 2009, determina a obrigatoriedade de todas as edificações possuírem sistema de</p>





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor de proteção (fio terra).

Por fim informamos que quando qualquer um dos equipamentos instalados na Vara do Trabalho de Guajará-Mirim, tais como, computadores, impressoras, aparelho de ar condicionado, central de choque da cerca elétrica, bombas de recalque d'água e motores do portão metálico não são corretamente aterrados, **há um aumento significativo e preocupante do risco de acidentes**, trazendo prejuízo de toda ordem às instalações e equipamentos da Vara do Trabalho de Guajará-Mirim/RO, isso porque, no caso do elemento metálico estar energizado por alguma intercorrência, vai promover a passagem da corrente de descarga pelo corpo da pessoa que tocar a superfície, provocando choques elétricos que podem ser fatais.

Complementarmente informamos que o artigo 75, inciso VIII, da Lei 14.133/21, assim disciplina:

Art. 75. É dispensável a licitação:

VIII- nos casos de emergência ou de calamidade pública, **quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens**, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

3. ALINHAMENTO COM O PLANO ESTRATÉGICO DO TRT14

Objetivo estratégico	Indicadores
Aprimoramento da gestão de custos	
Aprimoramento da infraestrutura	
Gerir o orçamento de forma eficiente e eficaz	
Prover o Regional de infraestrutura física adequada	





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

Plano de Obras do TRT da 14ª Região	
-------------------------------------	--

4. RESULTADOS ESPERADOS

Tipo de Resultado	Sim	Não	Detalhamento
Ganho de produtividade		X	
Redução de esforço	X		Redução no esforço de se efetuar intervenções construtivas mais abrangentes e onerosas, tendo em vista que as manutenções preventivas diminuirão drasticamente a necessidade de correções futuras.
Redução de custo	X		A execução de manutenção preventiva aumenta a vida útil da edificação, diminuindo consideravelmente intervenções corretivas, que são muito mais onerosas.
Redução do uso de recursos	X		Haverá considerável redução de recursos financeiros dispendidos pelo Tribunal, a médio e longo prazos, evitando-se grandes reparos corretivos, atuando-se prioritariamente na manutenção predial preventiva.
Melhoria de controle		X	
Redução de riscos	X		As instalações prediais necessitam de constantes manutenções, de modo a evitar sua degradação excessiva e ainda evitar riscos desnecessários que podem ser gerados por problemas nas paredes de vedação, na cobertura, nas instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias etc.
Determinação legal		X	- Resolução n. 228/CSJT, de 23 de novembro de 2018 - RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N. 072, DE 29 JUNHO DE 2021. Aprova a Matriz de Priorização





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

			de Obras do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região.
Determinação administrativa		X	- Resolução n. 228/CSJT, de 23 de novembro de 2018 - RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N. 072, DE 29 JUNHO DE 2021. Aprova a Matriz de Priorização de Obras do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região.
Outro (especificar)			

5. PROCESSOS DE TRABALHO IMPACTADOS

Não aplicável.

6. RECURSOS E FONTES

Previsão de investimentos	
Descrição	Valor Total
Contratação, de forma EMERGENCIAL , a luz do art. 75, VIII, da Lei 14.133/21, de empresa especializada para execução da reforma das instalações elétricas, sistema de aterramento, do prédio que abriga a Vara do Trabalho de Guajará-Mirim/RO.	R\$ 27.933,14
Previsão legal orçamentária: Recursos consignados no orçamento da Justiça do Trabalho - Exercício 2024.	

Nome do Integrante da Equipe de Planejamento	Nome do Fiscal do Contrato e do Substituto
---	---





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

Eng. Luiz Gonzaga Mota Eng. Samurai de Figueiredo Silva Lislaine Ribeiro	Eng. Luiz Gonzaga Mota (Fiscal) Eng. Samurai de Figueiredo Silva (Substituto);
--	--

Porto Velho, 11 de outubro de 2024.

Eng. Luiz Gonzaga Mota
Analista Judiciário / Apoio Especializado / Engenharia
Seção de Manutenção Predial
(assinado digitalmente)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 75, VIII, da Lei n. 14.133/21)

1.1. Contratação, de forma **EMERGENCIAL**, à luz do art. 75, VIII, da Lei 14.133/21, de empresa especializada para execução da reforma das instalações elétricas, **sistema de aterramento elétrico**, do prédio que abriga a **Vara do Trabalho de Guajará-Mirim/RO**, haja vista que, com a ausência de sistema de aterramento, qualquer um dos equipamentos eletroeletrônicos instalados na Vara do Trabalho de Guajará-Mirim, tais como, computadores, impressoras, aparelho de ar condicionado, central de choque da cerca elétrica, bombas de recalque d'água e motores do portão metálico podem ser danificados a té causar acidentes, nos termos da planilha de custos em anexo e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QNT	VALOR TOTAL	DESCONTO
1	Contratação, de forma EMERGENCIAL , à luz do art. 75, VIII, da Lei 14.133/21, de empresa especializada para execução da reforma das instalações elétricas, sistema de aterramento, do prédio que abriga a Vara do Trabalho de Guajará-Mirim/RO	Serviço	1	R\$	0%
VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA					R\$ 28.466,76

1.1.1. A Planilha de custos detalhada constando a discriminação e quantificação dos serviços encontra-se anexa a este Termo de Referência.

1.2. O objeto a ser contratado se enquadra na categoria de serviços comuns de engenharia, conforme art. 6º, XIII, da lei 14.133/2021, por possuir padrões e desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante especificações reconhecidas e usuais do mercado, podendo, portanto, ser contratado por pregão eletrônico nos termos do art. 28, I, da Lei 14.133/2021.

1.3. A vigência da contratação iniciará a partir da assinatura contratual, perdurando até o pagamento total do valor do objeto, sendo resguardado o prazo da garantia da prestação dos serviços.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico do DOD, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Aquisições 2024 do TRT da 14ª Região.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

2.5. Todas as etapas dos serviços serão acompanhadas pelo Núcleo de Engenharia e Projetos / Seção de Manutenção Predial do TRT14, sendo o projeto original preservado.

2.6. A execução dos serviços se dará de conformidade com o previsto neste Termo de Referência, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro.

2.7. O prazo de execução do objeto é de 30 (trinta) dias e será iniciado a partir da emissão da ordem de serviço, cujas etapas observarão o cronograma fixado neste Termo de Referência.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 75º, VIII, da Lei nº 14.133/21)

SUSTENTABILIDADE

3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos que se baseiam no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho previsto na Resolução n. 310/CSJT, de 24 de setembro de 2021, conforme itens a seguir:

3.1.1. Uso racional da água com a adoção de medidas de combate ao desperdício e a redução do consumo, inclusive a possibilidade da implementação de sistemas de reaproveitamento de águas pluviais ou águas cinzas, seja para limpeza de pisos, irrigação, ar condicionado ou vasos sanitários.

3.1.2. Os materiais e equipamentos a serem utilizados nas edificações devem atender a critérios de segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental. Deve-se considerar também a possibilidade de reciclagem dos materiais após o uso. A escolha dos materiais deve considerar sua qualidade, a técnica de construção adequada e mão de obra disponível, observando os aspectos de fornecimento, disponibilidade do material, vida útil e a manutenção do ambiente construído.

3.1.3. Emprego preferencial de tintas atóxicas, à base de água, livres de solvente e de compostos orgânicos voláteis, sem pigmentos à base de metais pesados, fungicidas sintéticos ou derivados de petróleo.

3.1.4. A estocagem dos diversos materiais no canteiro deve obedecer critérios, como: classificação; frequência de utilização; empilhamento máximo; distanciamento entre as fileiras; alinhamento das pilhas; distanciamento do solo; separação, isolamento ou envolvimento por ripas, papelão, isopor, ou material similar para materiais frágeis; e preservação da limpeza e proteção contra a umidade do local (conservação dos ensacados).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

3.1.5. A utilização de água não tratada em algumas tarefas como: confecção do concreto e argamassas, diluição de tintas, limpeza de máquinas, equipamentos e do canteiro de obras, descargas de bacias sanitárias, dentre outros. Assim, fontes alternativas podem ser utilizadas sem comprometer a qualidade da obra, diminuindo o consumo de água fornecida pelos concessionários, como: aproveitamento da água de chuva; reuso de água cinza e aproveitamento da água de condensação de aparelhos de ar-condicionado. Tais recursos devem ser usados respeitando-se os termos da Lei nº 9.433/1997, além da legislação local.

3.1.6. No que diz respeito às relações de trabalho nas obras de construção civil, deve-se observar os seguintes pontos:

3.1.6.1. Obrigatoriedade de utilização dos preceitos exarados nas Normas Regulamentadoras expedidas pelo MTE, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho; e

3.1.6.2. Capacitação de todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, observada a carga horária mínima de duas horas mensais.

3.1.7. Destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, ao disposto nos artigos 3º e 10º da Resolução Conama nº 307/2002.

INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS ([Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

3.2. Na presente contratação será admitida marca similar ou de melhor qualidade que as indicadas para serviços dessa natureza.

SUBCONTRATAÇÃO

3.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

3.4 Não será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual de 5% do valor contratual;

TRANSIÇÃO CONTRATUAL

3.5. Caso seja identificada a necessidade durante a execução do contrato, o Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

VISTORIA

3.6. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8h às 14h.

3.7. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

3.8. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

3.9. O local a ser vistoriado situa-se na Av. Novo Sertão, 1.333 - Bairro 10 de Abril, na cidade de Guajará-Mirim/RO;

3.10. A vistoria poderá ser realizada até 24 horas antes do horário de abertura da sessão pública, desde que previamente agendada pelo e-mail engenharia@trt14.jus.br, ou pelo telefone +55 (69) 3218-6482 (Eng. Civil Luiz Gonzaga Mota).

3.10.11. O Atestado de Visita deverá ser emitido por servidor do TRT da 14ª Região, certificando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e condições sobre os locais pertinentes à execução dos serviços, fazendo constar no Atestado o nome do representante da licitante que efetuou a visita.

3.12. Caso a empresa opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

3.13. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADO

4.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV):

4.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

4.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

4.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

4.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

4.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

4.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

4.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

4.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

4.1.9.1. A Administração terá o prazo de 10 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

4.1.10. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

4.1.11. Notificar o Contratado quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

4.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

4.1.15. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso: "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

4.1.16. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

4.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresenta condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

4.1.18. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.1.19. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

4.1.20. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

4.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.2.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

4.2.2.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

4.2.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#));

4.2.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

4.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.2.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.2.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

4.2.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.2.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.2.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24h, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.2.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.2.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.2.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

4.2.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.2.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.2.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

4.2.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

4.2.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

4.2.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

4.2.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

4.2.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

4.2.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.2.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

4.2.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

4.2.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

4.2.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

4.2.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

4.2.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

4.2.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

4.2.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

4.2.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

4.2.33. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

4.2.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

4.2.35. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.2.36. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme [artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), nos seguintes termos:

- a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.
- b) Nos termos dos [artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002](#), o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
 - i) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- ii) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
- iii) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- iv) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- v) Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- vi) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

4.2.37. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

- a) Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na [Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
- b) Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90](#), e legislação correlata.

4.2.38. Nos termos do [artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010](#), deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

4.2.39. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

4.2.40. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei nº 14.133/21).

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 7 (sete) dias após a emissão da Ordem de Serviço;

5.1.2. Local da prestação de serviço: Vara do Trabalho de Guajará-Mirim, situada à Av. Novo Sertão, 1.333 - Bairro 10 de Abril, na cidade de Guajará-Mirim/RO.

MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

5.2. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades, promovendo sua substituição quando necessário.

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.3. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 5 (cinco) anos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.4. O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pelo TRT da 14ª REGIÃO.

5.5. A proposta de preços deverá conter:

a) Planilha de preços seguindo a estrutura da planilha estimativa do órgão (orçamento sintético);

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.12. O fiscal técnico do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

6.13. O fiscal técnico do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal técnico do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.15.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de pagamento.

6.15.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.15.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.16. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.17. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

6.17.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º), no prazo indicado pelo fiscal.

7. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará instrumento para aferição da qualidade e quantidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- a) não produzir os resultados acordados,
- b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- a) Execução em conformidade à Ordem de Serviço (local, data, tipo de serviço e quantidades)
- b) Execução do serviço em tempo hábil.
- c) Qualidade do serviço executado.
- d) Compatibilidade dos materiais utilizados com os materiais contratados.
- e) Limpeza e recolhimento de materiais das áreas de execução dos serviços.
- f) Conduta dos representantes, colaboradores e prestadores de serviços.
- g) Recusar-se a executar uma ordem de serviço, sem motivo justificado.
- h) Executar qualquer serviço sem prévia autorização.
- i) Danificar ou comprometer os espaços do TRT14 durante a execução dos serviços.
- j) Comunicação por parte dos colaboradores à Administração, bem como ao responsável pela unidade, de qualquer anormalidade verificada durante a execução dos serviços.
- k) Entregar com presteza e integralidade a documentação exigida no contrato ou solicitada pelos Gestores e Fiscais do Contrato.
- l) Entregar com presteza e integralidade os esclarecimentos formais solicitados para sanar possíveis inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação pelos Gestores e Fiscais do Contrato.

7.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

d)

8 RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada etapa e após a apresentação da medição prévia pelo Contratado, o fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 dias, pelo fiscal técnico, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

8.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.4. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório

8.5. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.6. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

8.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- c) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- d) Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- e) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.11 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.12. Após a conferência dos documentos, e a verificação de que os serviços foram prestados com regularidade com as especificações e prazos estabelecidos no Termo de Referência, o recebimento definitivo será realizado pelo Gestor do Contrato (art. 21, IX, do Decreto 11.246/2022), no prazo de até 90 (noventa) dias.

8.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9 LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

9.1 Nos termos da Portaria GP n. 0254/2022, é obrigatório ao contratado o cadastro no



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

portal externo do SIGEO - JT, como condição indispensável para contratação e recebimento de pagamento;

9.2. Os documentos fiscais deverão ser juntados pelo contratado no SIGEO-JT, sem prejuízo das demais obrigações existentes;

9.2.1. Serão aceitos como documentos fiscais: Nota Fiscal Eletrônica; Nota Fiscal de Serviço Eletrônica; Nota Fiscal de Serviço; Fatura de Serviços; Conhecimento de Transporte Eletrônico e Recibo de Pagamento do Autônomo;

9.2.2. O contratado que fizer uso de documentos eletrônicos na extensão (xml), deverá juntar os arquivos obrigatoriamente neste formato.

9.3. Em caso de inconsistência na documentação, o fiscal rejeitará os documentos, devendo o contratado proceder à devida correção, realizando nova juntada.

9.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.11. O pagamento será efetuado após a liquidação da despesa, por meio de ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em até 15 (quinze) dias úteis, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura, devidamente certificada pelo setor competente do TRT da 14ª Região, prazo necessário para tramitação do processo nos setores internos deste Regional, embora o pagamento possa ser realizado antes desse limite temporal.

9.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.14. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

9.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM =	$I \times N \times VP$, sendo:
EM =	Encargos moratórios
N =	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento
VP =	Valor da parcela a ser paga
I =	Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $I = (TX)$ $I = (6 / 100) / 365$ $I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%

10 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de pesquisa de preços, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL APRESENTADOS DESCONTO.

11 REGIME DE EXECUÇÃO

11.1 O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário.

12 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

12.1 Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

12.2 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

13 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

13.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

13.1.1. Habilitação Jurídica/Fiscal, Social e Trabalhista/Econômico-Financeira.

13.1.1.1 – Comprovar que está com sua situação regular perante o SICAF.

13.1.1.2 - Declaração tácita de aceitação e concordância com todos os termos constantes no presente Termo de Referência

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 28.466,76 (vinte e oito mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e setenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária em anexo.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União. Programa de Trabalho: 168137 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Despesas Diversas. Elemento da Despesa: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

Porto Velho/RO, 11 de outubro de 2024.

ENGº LUIZ GONZAGA MOTA

Analista Judiciário/Apoio Especializado/Engenharia

Chefe da Seção de Manutenção Predial

E M COSTA LTDA
CNPJ: 11.621.292/0001 - 04 INSC. ESTADUAL: 01.023.289/001-01

OBRA: REFORMA DA VARA DO TRABALHO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO

LOCAL: RIO BRANCO / AC
DATA: sexta-feira, 11 de outubro de 2024

BDI: 25,00%

RESUMO DO ORÇAMENTO SINTÉTICO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS	UND	QUANT.	PREÇO ITEM	PREÇO TOTAL	%
1.0	SERVIÇOS INICIAIS	UND	1,00	5.201,96	5.201,96	17,81%
2.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	UND	1,00	20.337,19	20.337,19	69,62%
3.0	SERVIÇOS DIVERSOS	UND	1,00	3.674,63	3.674,63	12,58%


André Vitor de Almeida e Sousa
Arquiteto e Urbanista
CAU: A147359-0

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

ANDRÉ VITOR DE ALMEIDA E SOUSA
ARQUITETO E URBANISTA

TOTAL GERAL (R\$) >>

29.213,78

100,00%

O VALOR DO PRESENTE ORÇAMENTO É:

R\$ 29.213,78

(Vinte Nove Mil Duzentos Treze Reais e Setenta Oito Centavos)

E M COSTA LTDA


CNPJ: 11.621.292/0001 - 04 INSC. ESTADUAL: 01.023.289/001-01

OBRA: REFORMA DA VARA DO TRABALHO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO
LOCAL: RIO BRANCO / AC
DATA: sexta-feira, 11 de outubro de 2024


BDI DE SERVIÇO: 25,00%

ORÇAMENTO SINTÉTICO

ITEM	CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS	UND	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO		PREÇO TOTAL	TOTAL DO ITEM
						SEM B.D.I	COM B.D.I		
1.0			SERVIÇOS INICIAIS						5.201,96
1.1	93572	SINAPI	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	MÊS	1,00	4.161,57	5.201,96	5.201,96	
2.0			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS						20.337,19
2.1	91926	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5MM², ANTICHAMA, 450/750V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	200,00	4,48	5,60	1.120,00	
2.2	92990	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 70 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	36,00	81,38	101,73	3.662,28	
2.3	101894	SINAPI	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR , CORRENTE NOMINAL DE 250A – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UND	2,00	165,30	206,63	413,26	
2.4	96985	SINAPI	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 5/8", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UND	5,00	87,35	109,19	545,95	
2.5	104751	SINAPI	CONECTOR GRAMPO PARALELO METÁLICO, PARA SPDA, PARA CABOS DE 6 A 50 MM² F FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UND	5,00	24,10	30,13	150,65	
2.6	96973	SINAPI	CORDOALHA DE COBRE NU 35 MM², NÃO ENTERRADA, COM ISOLADOR – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	M	20,00	72,83	91,04	1.820,80	
2.7	91935	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	40,00	26,48	33,10	1.324,00	


 André Vitor de Almeida e Sousa
 Arquiteto e Urbanista
 CAU: A147359-0

ORÇAMENTO SINTÉTICO									
ITEM	CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS	UND	QUANT.	PREÇO UNITARIO		PREÇO TOTAL	TOTAL DO ITEM
						SEM B.D.I	COM B.D.I		
2.8	PESQUISA DE PREÇOS	SINAPI	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS ELÉTRICOS (DPS) 127V -220V BIVOLT 175V 15K	UND	16,00	67,92	84,90	1.358,40	
2.9	92990	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 70 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, INCLUSIVE LUVA DE EMENDA, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	36,00	81,38	101,73	3.662,28	
2.10	PESQUISA DE PREÇO	SINAPI	FIO BWG 18, COM 1,24 MM DE DIÂMETRO, PARA CERCA ELÉTRICA.	M	1.500,00	1,73	2,16	3.240,00	
2.11	PESQUISA DE PREÇO	SINAPI	HASTE DE ISOLAMENTO, 25MMX25MM, PARA CERCA ELÉTRICA, DE 1 METRO, COM SEIS ISOLADORES W.	UND	25,00	28,12	35,15	878,75	
2.12	PESQUISA DE PREÇO	SINAPI	KIT 50 MOLAS REPUXO PARA ESTICAR FIO CERCA ELÉTRICA ZINCADA	UND	10,00	40,35	50,44	504,40	
2.13	PESQUISA DE PREÇO	SINAPI	BIG HASTE CANTONEIRA 12 ISOLADORES CERCA ELÉTRICA	UND	22,00	50,29	62,86	1.382,92	
2.14	97589	SINAPI	LUMINÁRIA TIPO PLAFON EM PLÁSTICO, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA DE LED DE 15 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	UND	5,00	43,76	54,70	273,50	
3.0			SERVIÇOS DIVERSOS						3.674,63
3.1	97892	PRÓPRIA	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M. AF_12/2020	UND	5,00	446,26	557,83	2.789,15	
3.2	PESQUISA DE PREÇO	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE CERCA ELÉTRICA COMPOSTA DOS SEGUINTE ITENS: 03 CONTROLES REMOTOS SEM FIO; 01 BATERIA UNIPOWER 12V 7AH E 01 SIRENE PIEZO ELÉTRICA.	UND	1,00	708,38	885,48	885,48	


 André Vitor de Almeida e Sousa
 Arquiteto e Urbanista
 CAU: A147359-0

ORÇAMENTO SINTÉTICO									
ITEM	CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS	UND	QUANT.	PREÇO UNITARIO		PREÇO TOTAL	TOTAL DO ITEM
						SEM B.D.I	COM B.D.I		
RESPONSÁVEL TÉCNICO:			 André Vitor de Almeida e Sousa Arquiteto e Urbanista CAU: A147359-0	TOTAL GERAL C/ BDI (R\$) >>					29.213,78
O VALOR DO PRESENTE ORÇAMENTO É:				R\$ 29.213,78 (Vinte Nove Mil Duzentos Treze Reais e Setenta Oito Centavos)					

AO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

Objeto: REFORMA DA VARA DO TRABALHO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO.

CARTA PROPOSTA DE PREÇO

E M COSTA LTDA, Sociedade Empresária, inscrita junto ao MF/CNPJ sob o nº 11.621.292/0001-04, sediada na Rua Almirante Castro e Silva, nº 168, Sala 01 – Bairro: Isaura Parente, CEP 69.918-288, Rio Branco / AC, vem apresentar proposta para a **REFORMA DA VARA DO TRABALHO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO.**

Para tanto, propõe a execução da obra, em regime de **fornecimento de mão de obra, material e supervisão técnica e gerencial** por preço global no valor total de **R\$ 29.213,78 (Vinte Nove Mil Duzentos Treze Reais e Setenta Oito Centavos).**

A proposta formalizada através desta carta é válida por 60 (sessenta) dias, contados a partir da apresentação dela.

A Proposta Comercial atende ao disposto na Lei Federal 5.194/66 de 24.12.66, em especial aos artigos 13 e 14 relativos à elaboração de trabalhos gráficos, especificações, orçamentos, pareceres, e laudos, bem como as resoluções do CONFEA de números 218 de 29.06.73, 266 de 15.12.74 e 282 de 24.08.83.

DADOS BANCÁRIOS: BANCO: 748 – BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A. - BANSICREDI, AGÊNCIA: 0805, CONTA: 98.769-7. E M COSTA LTDA.

Eudes Norões

CNPJ: 11.621.292/0001-04
E M COSTA LTDA
Rua: Almirante Castro e Silva, nº 168, Sala 01

CEP: 69.918-288
Rio Branco - Acre

Email: ejengenharia.ac@gmail.com Telefone: (68) 9.9986-4427

Rua Almirante Castro e Silva, nº 168, Sala 01, Isaura Parente, CEP 69.918-288, Rio Branco – AC



E M COSTA ENGENHARIA

E M COSTA LTDA

CNPJ: 11.621.292/0001 - 04 INSC. ESTADUAL: 1.023.289/001-01

DECLARO na Proposta estarem incluídos nos preços de todos os custos de materiais, mão-de-obra, equipamentos, ferramentas, utensílios, transporte, necessários à execução dos trabalhos e quaisquer despesas com canteiro de obra, galpões, depósitos, escritórios, e despesas, tais como impostos, taxas e seguros de responsabilidade civil que cubram danos pessoais e materiais a terceiros, e ainda, o seguro do pessoal utilizado na obra contra riscos de acidentes de trabalho e o cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõem ao empregador, sem quaisquer ônus ou solidariedade por parte da Administração Federal.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Rio Branco – AC, em 11 de Outubro de 2024.

Atenciosamente,

Eudes Moreira da Costa

**EUDES MOREIRA DA COSTA
E M COSTA LTDA
SÓCIO-ADMINISTRADOR**

Eudes Moreira da Costa

CNPJ: 11.621.292/0001-04
E M COSTA LTDA
Rua: Almirante Castro e Silva, nº 168, Sala 01
Bairro: Isaura Parente
CEP: 69.918-288
Rio Branco - Acre



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 11.621.292/0001-04 DUNS®: 900268734
Razão Social: E M COSTA LTDA
Nome Fantasia: E M COSTA
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 07/07/2025
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	18/12/2024	Automática
FGTS	Validade:	22/10/2024	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	02/02/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	16/09/2024 (*)
Receita Municipal	Validade:	27/09/2024 (*)

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2025

AILLEZ ENGENHARIA EIRELI							
Rua Francisco Rafael, 190 – M Magalhães – 69.920-022 – R Branco (AC)							
CNPJ - 37.243.365/0001-57							
OBRA: REFORMA DA VARA DO TRABALHO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO							
LOCAL: AV. NOVO SERTÃO N° 1.133, BAIRRO 10 DE ABRIL – GUAJARÁ-MIRIM/RO							
ÁREA A SER REFORMADA: 468,40 m²							
CÓD.	01.00	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VL. UNIT. (RS)	VL. TOTAL (RS)	TOT. ETAPA
		SERVIÇOS INICIAIS					4.040,36
93572	01.01	Encarregado geral de obras com encargos complementares	mês	1,00	4.040,36	4.040,36	
	02.00	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					16.219,20
91926	02.01	Cabo de cobre flexível isolado, 2,5mm², antichama, 450/750V, para circuitos terminais – fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	200,00	4,35	870,00	
92990	02.02	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 70 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	m	36,00	79,01	2.844,36	
101894	02.03	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR , CORRENTE NOMINAL DE 250A – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	un	2,00	160,49	320,98	
96985	02.04	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 5/8", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	un	5,00	84,81	424,05	
104751	02.05	CONECTOR GRAMPO PARALELO METÁLICO, PARA SPDA, PARA CABOS DE 6 A 50 MM² F FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	un	5,00	23,40	117,00	
96973	02.06	CORDOALHA DE COBRE NU 35 MM², NÃO ENTERRADA, COM ISOLADOR – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	m	20,00	70,71	1.414,20	
91935	02.07	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	m	40,00	25,71	1.028,40	
PESQUISA DE PREÇOS	02.08	Dispositivo De Proteção Contra Surtos Elétricos (DPS) 127V - 220V Bivolt 175V 15K	un	16,00	65,94	1.055,04	
92990	02.09	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 70 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, INCLUSIVE LUVIA DE EMENDA, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	36,00	79,01	2.844,36	
PESQUISA DE PREÇO	02.10	FIO BWG 18, COM 1,24 MM DE DIÂMETRO, PARA CERCA ELÉTRICA.	m	1.500,00	1,68	2.520,00	
PESQUISA DE PREÇO	02.11	HASTE DE ISOLAMENTO, 25MMX25MM, PARA CERCA ELÉTRICA, DE 1 METRO, COM SEIS ISOLADORES W.	un	25,00	27,30	682,50	
PESQUISA DE PREÇO	02.12	Kit 50 Molas Repuxo Para Esticar Fio Cerca Elétrica Zincada	un	10,00	72,80	728,00	
PESQUISA DE PREÇO	02.13	Big Haste Cantoneira 12 Isoladores Cerca Elétrica	un	22,00	52,63	1.157,86	
97589	02.14	LUMINÁRIA TIPO PLAFON EM PLÁSTICO, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA DE LED DE 15 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	un	5,00	42,49	212,45	
	3.00	SERVIÇOS DIVERSOS					2.854,05
97892	3.01	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M. AF_12/2020	un	5,00	433,26	2.166,30	
PESQUISA DE PREÇO	3.02	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE CERCA ELÉTRICA COMPOSTA DOS SEGUINTE ITENS: 03 CONTROLES REMOTOS SEM FIO; 01 BATERIA UNIPOWER 12V 7AH E 01 SIRENE PIEZO ELÉTRICA.	UN	1,00	687,75	687,75	
		TOTAL GERAL SEM BDI					23.113,61
		BDI DE 25%					5.778,40
		TOTAL GERAL COM BDI					R\$ 28.892,01
TABELA DE REFERÊNCIA: SINAPI – SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL – DATA DE REFERÊNCIA TÉCNICA 18/01/2024 – RONDÔNIA.							
Porto Velho/RO, 3 de outubro de 2024.							



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 37.243.365/0001-57 DUNS®: 926529510
Razão Social: AILLEZ SOLUCOES LTDA
Nome Fantasia: AILLEZ SOLUCOES
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 01/08/2025
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Empresa de Pequeno

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	15/03/2025	Automática
FGTS	Validade:	05/11/2024	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	05/04/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	02/11/2024
Receita Municipal	Validade:	11/10/2024

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2025

R S Lima Serviços e Comércio Ltda

Rodovia 429, Km 54 – Lote 11B – Gleba 16

Alvorada D'Oeste – Rondônia

CNPJ sob o nº 51.999.088/0001-3/0001-38

OBRA: REFORMA DA VARA DO TRABALHO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO

LOCAL: AV. NOVO SERTÃO Nº 1.133, BAIRRO 10 DE ABRIL – GUAJARÁ-MIRIM/RO

ÁREA A SER REFORMADA: 468,40 m²

CÓD.		DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VL. UNIT. (R\$)	VL. TOTAL (R\$)	TOT. ETAPA 3.959,55
93572	01.01	Encarregado geral de obras com encargos complementares	mês	1,00	3.959,55	3.959,55	
	02.00	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					16.016,91
91926	02.01	Cabo de cobre flexível isolado, 2,5mm², antichama, 450/750V, para circuitos terminais – fornecimento e instalação. AF_12/2015	m	200,00	4,26	852,00	
92990	02.02	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 70 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	m	36,00	86,70	3.121,20	
101894	02.03	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL DE 250A – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	un	2,00	157,28	314,56	
96985	02.04	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 5/8", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	un	5,00	83,11	415,55	
104751	02.05	CONECTOR GRAMPO PARALELO METÁLICO, PARA SPDA, PARA CABOS DE 6 A 50 MM² F FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	un	5,00	22,93	114,65	
96973	02.06	CORDOALHA DE COBRE NU 35 MM², NÃO ENTERRADA, COM ISOLADOR – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	m	20,00	69,30	1.386,00	
91935	02.07	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	m	40,00	25,20	1.008,00	
PESQUISA DE PREÇOS	02.08	Dispositivo De Proteção Contra Surtos Elétricos (DPS) 127V -220V Bivolt 175V 15K	un	16,00	64,62	1.033,92	
92990	02.09	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 70 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, INCLUSIVE LUVA DE EMENDA, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	36,00	77,43	2.787,48	
PESQUISA DE PREÇO	02.10	FIO BWG 18, COM 1,24 MM DE DIÂMETRO, PARA CERCA ELÉTRICA.	m	1.500,00	1,78	2.670,00	
PESQUISA DE PREÇO	02.11	HASTE DE ISOLAMENTO, 25MMX25MM, PARA CERCA ELÉTRICA, DE 1 METRO, COM SEIS ISOLADORES W.	un	25,00	26,75	668,75	
PESQUISA DE PREÇO	02.12	Kit 50 Molas Repuxo Para Esticar Fio Cerca Elétrica Zincada	un	10,00	38,39	383,90	
PESQUISA DE PREÇO	02.13	Big Haste Cantoneira 12 Isoladores Cerca Elétrica	un	22,00	47,85	1.052,70	
97589	02.14	LUMINÁRIA TIPO PLAFON EM PLÁSTICO, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA DE LED DE 15 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	un	5,00	41,64	208,20	
	3.00	SERVIÇOS DIVERSOS					2.796,95
97892	3.01	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M. AF_12/2020	un	5,00	424,59	2.122,95	
PESQUISA DE PREÇO	3.02	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE CERCA ELÉTRICA COMPOSTA DOS SEGUINTE ITENS: 03 CONTROLES REMOTOS SEM FIO; 01 BATERIA UNIPOWER 12V 7AH E 01 SIRENE PIEZO ELÉTRICA.	UN	1,00	674,00	674,00	
		TOTAL GERAL SEM BDI					22.773,41
		BDI DE 25%					5.693,35
		TOTAL GERAL COM BDI					R\$ 28.466,76

TABELA DE REFERÊNCIA: SINAPI – SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL – DATA DE REFERÊNCIA TÉCNICA 18/01/2024 – RONDÔNIA.

Porto Velho/RO, 3 de outubro de 2024.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: R S LIMA SERVICOS E COMERCIO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 51.999.088/0001-38

Certidão nº: 69726864/2024

Expedição: 11/10/2024, às 16:31:17

Validade: 09/04/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **R S LIMA SERVICOS E COMERCIO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **51.999.088/0001-38**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: R S LIMA SERVICOS E COMERCIO LTDA
CNPJ: 51.999.088/0001-38

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 21:20:25 do dia 22/05/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/11/2024.

Código de controle da certidão: **3914.CE3F.09F5.E2B1**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 51.999.088/0001-38
Razão Social: R S LIMA SERVICOS E COMERCIO LTDA
Endereço: ROD KM 54 429 LOTE 11B GLEBA 16 / ZONA RURAL / ALVORADA D'OESTE / RO / 76930-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/09/2024 a 25/10/2024

Certificação Número: 2024092609316253655128

Informação obtida em 11/10/2024 16:33:51

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br